

CORREIO CARIOCA

POR PAULA VIEIRA



Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

Há vagas para diferentes níveis de escolaridade

Rio de Janeiro tem 2.145 novas oportunidades de trabalho

A Prefeitura divulgou, por meio da Secretaria Municipal de Trabalho e Renda (SMTE), 2.145 novas vagas de emprego para quem busca sua primeira oportunidade ou mudar de profissão. A lista tem vagas para diferentes níveis de escolaridade. Para estágio, há oportunidades para Administração, Pedagogia, Engenharia, Ciências Contábeis, Marketing, Ciência da Computação, Gestão de Recursos Humanos, Arquitetura, Turismo, Comunica-

ção, entre outras. Também há vagas para auxiliar de limpeza, instrutor de inglês, babá, farmacêutico, recepcionista, porteiro, agente de saneamento e sinalizador de trânsito. Para pessoas com deficiência, são 267 oportunidades na capital. O cadastro dos currículos pode ser realizado pelo site da SMTE ou em uma das sete Centrais do Trabalhador. Pessoas com deficiência podem enviar para o e-mail vagaspcd.smte@gmail.com.

Mega Ação de Renegociação

A Mega Ação de Renegociação de Dívidas promovida pelo Procon Carioca acontece entre os dias 15 e 18 de outubro, das 10h às 17h, na Praça Delfos, em Curicica. No local, será possível renegociar pendências com bancos, telefonia e serviços públicos. Os interessados devem le-

var RG, CPF, comprovante de residência, boleto ou contrato dos serviços em débito. Também estarão presentes as secretarias de Trabalho e Renda e Assistência Social. O encerramento contará com programação em celebração ao mês das crianças durante o dia todo.



Águas do Rio

Projeto de despoluição das praias Ilha do Governador

Obras para despoluição das praias da Ilha do Governador

A Águas do Rio iniciou as obras que visam reduzir o despejo de esgoto na Baía de Guanabara e a despoluição das praias da Ilha do Governador, que devem se tornar próprias para banho. A previsão de conclusão é em junho de 2026. O projeto repete o sucesso do programa que melhorou amplamente as condições das águas da Praia

do Glória e do Flamengo, que se tornaram xodó dos banhistas. Com maior circulação de correntes marítimas, as primeiras praias recuperadas na Ilha devem ser as da Bica, Guanabara e Engenhoca. A Águas do Rio prevê que cerca de 5 milhões de litros de esgoto deixarão de ser despejados diariamente na Baía de Guanabara.

Ressacas no Rio aumentam 40%

De acordo com o Centro de Operações e Resiliência e o Sistema Alerta Rio, a capital carioca teve aumento de 40% nas ressacas neste ano. Entre julho e setembro, o fenômeno aconteceu sete vezes, sendo duas com ondas de até 3 metros, enquanto em 2024, foram registra-

dos cinco no mesmo período. Uma das mais recentes aconteceu no dia 15 de setembro, quando fortes ondas atingiram locais incomuns, como a Enseada de Botafogo e a Mureta da Urca, gerando alerta da Marinha do Brasil e imagens que viralizaram nas redes sociais.

Impacto do plástico no ambiente

O biólogo Mário Moscatelli encontrou uma embalagem de açúcar de fevereiro de 1995 na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Zona Sul do Rio, durante uma pesquisa no local. O pacote com mais de 30 anos se tornou colônia para pequenos crustáceos marinhos, que se fixam em superfícies

como pedras, cascos de barco e até lixo, neste caso. A longevidade do pacote chamou a atenção para os impactos do descarte incorreto no RJ. Vale lembrar que sacos de polietileno se transformam em microplásticos ao longo dos anos, permanecendo no meio ambiente.

RIO DE JANEIRO

Circula em conjunto com: CORREIO PETROPOLITANO

Vagas em vias públicas terão fiscalização digital

Projeto deve evitar ação de flanelinhas e cobranças abusivas

Por Paula Vieira

A Câmara Municipal do Rio analisa um projeto de lei que visa modernizar a cobrança das vagas de estacionamento nas ruas da cidade. A proposta assinada por 14 vereadores, entre eles Pedro Duarte (Novo), Leniel Borel (PP) e Rafael Satiê (PL), cria um sistema digital que usa câmeras para reconhecer as placas dos carros, GPS para localização e permite o pagamento remoto, sem depender de parquímetros ou talões.

“Hoje, parar o carro no Rio é uma loteria. Você nunca sabe quanto vai pagar nem se o carro vai estar inteiro quando voltar”, disse Satiê.

Para os autores do PL Nº 156/2025, a medida dá mais segurança e comodidade aos motoristas, além de acabar com a cobrança irregular de flanelinhas. O texto também determina que a Prefeitura mantenha uma fiscalização presencial para coibir guardadores não autorizados. O valor arrecadado com o uso das vagas deverá custear o próprio sistema.

“O Rio parou no tempo quando o assunto é estaciona-



Arthur Ramos

Vagas de estacionamento em vias públicas podem ter sistema digital de pagamento

mento rotativo (...) a ausência de um sistema moderno, transparente e digital, como já existe em outras capitais e até em cidades do interior, alimentam a desordem, a insegurança e fortalecem a atuação dos flanelinhas”, explicou Pedro Duarte.

Segundo o parlamentar, o Sindicato dos Guardadores de Carros é favorável à medida:

“o projeto mantém os guardadores regulares, que passam a atuar de forma complementar ao meio digital”.

Coautor do PL, Leniel Borel destacou que a medida “traz transparência, acaba com a cobrança abusiva e mostra que é possível modernizar sem perder o controle público sobre o sistema”.

De acordo com Rafael Sa-

tiê, o valor será tabelado e o motorista vai pagar exatamente pelo tempo que usar a vaga. “Além disso, reduz os constrangimentos e a sensação de insegurança, especialmente para as mulheres. Queremos que o carioca estacione em paz, com tecnologia, segurança e respeito. É o fim do preço inventado”, concluiu.

Lei Anti-Oruam gera restrições

Projeto proíbe que a prefeitura apoie shows com apologias

A Câmara Municipal do Rio deve votar nos próximos dias o Projeto de Lei Complementar nº 16/2025, que proíbe a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infantojuvenil que envolvam “expressão de apologia ao crime organizado ou ao uso de drogas”. De autoria dos vereadores Talita Galhardo (PSDB) e Pedro Duarte (Novo), o texto ficou conhecido como “Lei Anti-Oruam” e tem gerado ampla repercussão desde que foi apresentado em fevereiro.

A proposta determina que a administração pública, direta ou indireta, não poderá financiar ou patrocinar eventos que promovam condutas criminosas. Em caso de descumprimento, o contratado poderá ser rescindido, com pagamento de multa equivalente a 100% do valor do contrato. O valor deverá ser revertido para a rede municipal de ensino. O projeto ainda prevê a possibilidade de denúncias pela Ouvidoria do Município.

Na justificativa, os autores afirmam que “a proposta surge



Oruam/Instagram

O cantor Oruam é filho de Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP

da necessidade de garantir que tais eventos sejam promovidos de forma responsável, especialmente no que diz respeito à proteção de crianças e adolescentes”. Segundo os autores, a medida busca resguardar o “melhor interesse do menor”, impedindo a “adultização infantil” e a exposição precoce a conteúdos inadequados.

Para o vereador Pedro

Duarte, o texto visa evitar o uso de recursos públicos em espetáculos que corroborem com a criminalidade: “Uma coisa é liberdade de expressão, outra coisa é o Poder Público financiar, com dinheiro do contribuinte, espetáculos que cultuam, em suas letras, o tráfico. Basta de apologia ao crime”, declarou.

Duarte ainda reforçou que o projeto “é muito necessário”

e espera uma rápida votação: “Ele proíbe a Prefeitura do Rio de Janeiro de patrocinar eventos que tenham na sua programação artistas que façam apologia ao crime, ao tráfico, à milícia, a qualquer tipo de poder paralelo e crime organizado. É fundamental que o dinheiro público não seja utilizado em eventos como esse”, completou o parlamentar.

Regras para fidelidade em postos de gasolina

Os programas de fidelidade oferecidos por postos de combustíveis podem ganhar novas regras no estado do Rio. A proposta em análise na Assembleia Legislativa (Alerj) quer garantir que o motorista não perca o desconto prometido pelo aplicativo caso o sistema apresente falhas, como problemas de conexão ou instabilidade.

O Projeto de Lei de autoria do deputado Guilherme Delaroli (PL), determina que os postos não poderão cobrar um valor diferente do preço promocional se o aplicativo estiver fora do ar. Nesses casos, o desconto deverá ser concedido mediante consulta do CPF do cliente cadastrado.

Além disso, os postos precisarão deixar mais claras as

informações sobre os preços, como o valor normal, o preço com desconto e o quanto o motorista economiza. A medida pretende dar mais transparência ao consumidor.

“É preciso deixar de forma mais clara ao consumidor os benefícios para utilização dos aplicativos, além de assegurar o desconto, mesmo em caso de indisponibilidade. De que adianta ter o aplicativo e chegar no posto não conseguir desconto porque a internet está ruim ou o próprio aplicativo instável?”, questiona o deputado.

Quem descumprir as regras poderá ser punido conforme o Código de Defesa do Consumidor. O projeto ainda será analisado pelas comissões da Alerj antes de ir a votação.

Acordo Coletivo com a Comunidade do Horto

O prefeito Eduardo Paes, participou, nesta segunda-feira (13), da assinatura do Acordo Coletivo com a Comunidade do Horto Florestal, na Zona Sul do Rio. O documento encerra o conflito fundiário que se estendia há décadas entre o Jardim Botânico do Rio e os moradores da área. A cerimônia contou com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo.

“É uma alegria estar aqui. É uma demonstração de que quando há vontade política e direção clara, as coisas se resolvem. Esse é um momento histórico (...) estamos preservando o Jardim Botânico, contando com a consciência dos moradores”, afirmou Paes.

O acordo prevê a permanência das famílias que vivem

em áreas seguras e a realocação de quem ocupa regiões de risco. Também estabelece a proibição de novas construções verticais e horizontais, para garantir a preservação ambiental. A fiscalização será feita pela comissão dos representantes dos moradores, do Jardim Botânico, da Prefeitura e da Secretaria-Geral.

“O acordo tem um significado muito importante porque foi feito a várias mãos, tem alcance ambiental, patrimonial e justiça social”, disse o ministro Márcio Macêdo.

Para Fabio Dutra, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Horto, o acordo é “emblemático”: “agora as pessoas podem dormir sem o fantasma da reintegração de posse. É indiscutível”, frisou.